

## **Barreiras invisíveis: O impacto do ambiente urbano na autonomia da pessoa com deficiência: Relato técnico de experiência extensionista**

Bruna Rafaelly Soares da Silva, Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil  
[brunarafaellyss@icloud.com](mailto:brunarafaellyss@icloud.com)

Beatriz Nunes, Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil  
[beatriznunesf226@gmail.com](mailto:beatriznunesf226@gmail.com)

Eduarda Couto Tavares, Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil  
[eduardaduda.tavaress@gmail.com](mailto:eduardaduda.tavaress@gmail.com)

Maria Izabelly Farias Rebequi, Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil  
[mizabellyfr@gmail.com](mailto:mizabellyfr@gmail.com)

Kawany Bezerra Da Silva, Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil  
[kawanyke@gmail.com](mailto:kawanyke@gmail.com)

Valéria Cristina da Costa, Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, Brasil  
[vc74254@gmail.com](mailto:vc74254@gmail.com)

Elaine Cristina Costa Lopes, Docente do curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado, [elaine.costa@grupointegrado.br](mailto:elaine.costa@grupointegrado.br)

### **INTRODUÇÃO**

A deficiência é compreendida como uma condição resultante da interação entre impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais e as barreiras sociais e ambientais que limitam a participação plena do indivíduo. Atualmente, estima-se que 1,3 bilhão de pessoas no mundo vivam com algum tipo de deficiência, o que representa cerca de 16% da população global e configura uma questão prioritária de saúde pública, segundo a Organização Mundial da Saúde (2022). No Brasil, esse cenário reflete aproximadamente 18,6 milhões de cidadãos com deficiência, correspondendo a 8,9% da população nacional, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua, 2022). Apesar dos avanços nas políticas inclusivas, o acesso aos espaços públicos e privados ainda é marcado por barreiras arquitetônicas e urbanísticas que restringem a autonomia. Diante desse cenário, este relato técnico apresenta um diagnóstico territorial voltado à avaliação da acessibilidade nos principais equipamentos urbanos de uma cidade do interior do (PR). A proposta foca na identificação de obstáculos que comprometem o direito de ir e vir, fundamentando-se na Lei Brasileira de Inclusão *Lei nº 13.146/2015* e nas normas técnicas da ABNT NBR 9050. A situação-problema analisada refere-se à persistência de ambientes excludentes que, mesmo diante de legislação, dificultam a integração social da Pessoa com Deficiência (PcD), especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), que deveria atuar como principal porta de entrada e garantia de equidade no território. Entre os fatores que influenciam esse contexto, destacam-se a ausência de mapeamentos locais e o desconhecimento da comunidade sobre o desenho universal e as barreiras atitudinais. Nesse sentido, o fisioterapeuta, em sua atuação neurofuncional, desempenha um papel estratégico ao avaliar como o meio ambiente impacta a funcionalidade e a independência do indivíduo.

Assim, o objetivo deste relato é descrever o mapeamento realizado, classificar o nível de acessibilidade dos locais visitados e propor intervenções estruturais e educativas que promovam a inclusão e a cidadania.

### **MÉTODO**

O presente projeto extensionista foi desenvolvido por acadêmicos do 5º período do curso de

Fisioterapia, sob a supervisão da professora responsável pela disciplina. A atividade teve como proposta o diagnóstico territorial de acessibilidade e a sensibilização da comunidade sobre a inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD). A abordagem envolveu o estudo técnico da legislação, a observação direta de equipamentos urbanos e a análise crítica da funcionalidade sob a ótica da Fisioterapia Neurofuncional.

O processo iniciou-se com uma pesquisa teórica fundamentada na Lei Brasileira de Inclusão Lei nº 13.146/2015, nas normas da ABNT NBR 9050 e nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). A partir desse levantamento, o grupo organizou o planejamento do mapeamento urbano, definindo como pontos de avaliação locais estratégicos como a praça central, unidades de saúde, mercados e hospital da cidade.

A aplicação prática consistiu na visita aos estabelecimentos selecionados, onde utilizou-se uma lista de verificação padronizada para avaliar acessos externos e internos, largura de portas, presença de rampas, sinalização tátil e sanitários adaptados. Os dados foram registrados por meio de anotações técnicas e registros fotográficos dos pontos críticos de acessibilidade, respeitando os critérios éticos de não fotografar pessoas.

Para a análise dos resultados, os espaços foram classificados em uma tabela comparativa como acessíveis, parcialmente acessíveis ou não acessíveis. Após o diagnóstico, os acadêmicos desenvolveram propostas de melhoria estrutural e ações educativas voltadas à conscientização da gestão local e da comunidade sobre a importância da eliminação de barreiras para a autonomia da PcD.

## CONTEXTO DO PROJETO OU SITUAÇÃO PROBLEMA

As atividades desenvolvidas foram realizadas a partir de um projeto de extensão vinculado à disciplina de Fisioterapia Neurofuncional, integrante da matriz curricular do curso de bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário Integrado, localizado em Campo Mourão, Paraná. As ações tiveram como objetivo a análise das condições de acessibilidade em espaços públicos de um município do interior do Paraná.

Os locais avaliados caracterizam-se como instituições públicas e comunitárias, amplamente frequentadas pela população, abrangendo áreas como saúde, educação, lazer e serviços essenciais. Durante a realização das atividades, observou-se que, por se tratar de um município de pequeno porte, ainda apresenta limitações significativas no que se refere à acessibilidade urbana.

Verificou-se a presença de diversas barreiras arquitetônicas que dificultam ou impedem o acesso de pessoas com deficiência, especialmente cadeirantes e indivíduos com deficiência visual. Entre as principais dificuldades identificadas, destacam-se a ausência ou inadequação de rampas de acesso, calçadas irregulares, falta de sinalização tátil e escassez de adaptações que garantam a mobilidade segura e autônoma desses indivíduos.

Mesmo diante das exigências estabelecidas pela Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e pelas diretrizes da ABNT NBR 9050:2015, observa-se que a implementação de medidas de acessibilidade no município ainda é insuficiente, evidenciando a necessidade de maior investimento, fiscalização e conscientização por parte do poder público e da sociedade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da observação e verificação dos espaços públicos avaliados no município, por meio de análises qualitativas, registros fotográficos e anotações, foi possível sintetizar os dados referentes às condições de acessibilidade em uma tabela comparativa (Tabela 1). Foram considerados aspectos como acesso externo e interno, presença de vagas destinadas a pessoas com deficiência, existência de sanitários adaptados, rampas de acesso e sinalização tátil.

**Tabela 1:** Condições de acessibilidade dos locais avaliados

| Local                    | Acesso externo | Acesso interno | Vagas        | Sanitários adaptados | Presença de rampas | Sinalização  |
|--------------------------|----------------|----------------|--------------|----------------------|--------------------|--------------|
| <b>Igreja local</b>      | Parcialmente   | Parcialmente   | Presente     | Parcialmente         | Presente           | Presente     |
| <b>Colégio Estadual</b>  | Parcialmente   | Parcialmente   | Presente     | Parcialmente         | Presente           | Presente     |
| <b>Praça Municipal</b>   | Parcialmente   | Parcialmente   | Parcialmente | Inadequado           | Inadequado         | Presente     |
| <b>Lago Municipal</b>    | Inadequado     | Inadequado     | Ausente      | Inadequado           | Ausente            | Ausente      |
| <b>Ruas do município</b> | Parcialmente   | -              | Presente     | -                    | Parcialmente       | Parcialmente |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2026)

A partir da análise dos dados de acessibilidade sintetizados na Tabela 1, bem como das observações realizadas em campo, evidencia-se que o município apresenta limitações significativas quanto à promoção da acessibilidade em seus espaços públicos.

Observou-se que a presença de rampas de acesso é restrita, sendo identificada apenas na igreja local e no Colégio Estadual, ainda assim com necessidade de melhorias em alguns aspectos. Em relação à sinalização tátil, essencial para pessoas com deficiência visual, foi constatada sua existência apenas na praça municipal, demonstrando uma grande carência desse recurso em outros espaços públicos.

No lago municipal, verificou-se a ausência total de condições de acessibilidade, uma vez que as pistas de caminhada não apresentam qualquer tipo de sinalização ou estrutura adaptada para pessoas com deficiência, dificultando o uso seguro e autônomo desse espaço de lazer.

A praça municipal, embora apresente piso tátil, possui diversas inadequações, especialmente no que se refere ao sanitário público. Foi identificada uma rampa com inclinação acentuada e superfície escorregadia, além da inexistência de banheiro adaptado para cadeirantes. O vaso sanitário apresenta irregularidades e a pia não possui estrutura acessível, comprometendo o uso por pessoas com mobilidade reduzida.

Quanto às vias públicas, observou-se a presença de lombadas com a finalidade de promover acessibilidade; entretanto, em diversos pontos estas apresentam barreiras arquitetônicas, sendo excessivamente altas ou associadas a irregularidades no pavimento, como buracos, o que dificulta a locomoção de cadeirantes e representa risco à segurança dos usuários.

**Figura 1** - Barreiras físicas encontradas nos diferentes locais observados



Fonte: Arquivo pessoal (2026)

Apesar das inadequações identificadas, observa-se que alguns espaços do município vêm apresentando iniciativas voltadas à melhoria da acessibilidade. O Colégio Estadual e a igreja local, por exemplo, destacam-se por apresentarem pontos positivos, como a presença de rampas com inclinação mais adequada, favorecendo o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

Essas adaptações, ainda que pontuais, representam avanços importantes na promoção da inclusão, contribuindo para que indivíduos com deficiência possam realizar suas Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD's) de forma mais segura e funcional. Entretanto, reforça-se a necessidade de ampliação dessas medidas para outros espaços públicos do município, a fim de garantir acessibilidade plena e equitativa à população.

**Figura 2-** Acessibilidade no Colégio Estadual e na Igreja Municipal



Fonte: Arquivo pessoal (2026)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, evidencia-se que, apesar da existência de legislações que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, como a Lei nº 13.146/2015, e das normas técnicas que regulamentam a acessibilidade em espaços urbanos, o município ainda apresenta importantes limitações que dificultam a inclusão plena dessa população.

Foram identificadas diversas barreiras físicas nos locais avaliados, como ausência ou inadequação de rampas, falta de sinalização tátil na maior parte dos espaços, sanitários não adaptados e irregularidades em vias públicas, como lombadas inadequadas e presença de buracos. Tais condições comprometem a mobilidade, autonomia e segurança,

especialmente de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, evidenciando a necessidade de maior investimento em infraestrutura acessível e conscientização social. Além disso, o desenvolvimento deste projeto proporcionou aos discentes uma compreensão mais ampla sobre o papel do fisioterapeuta na promoção da funcionalidade e na redução das limitações impostas por barreiras ambientais. A vivência prática permitiu a identificação de situações reais que impactam diretamente a qualidade de vida da população, reforçando a importância da atuação profissional também no contexto da acessibilidade e inclusão social.

**PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Locais Públicos, Deficientes**

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.